

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS – COMITÊ PRÓ-ANIMAIS.**

1 Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às 08h, deu-se início a 9ª  
2 reunião virtual do Comitê Estadual de Proteção e Defesa dos Animais – Comitê Pró-  
3 Animais, onde ali estavam participando: **Camille Fane Oliveira Lima Bilharinho**  
4 (Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP), **Josianne Cademartori Lins e**  
5 **Marcia Helena da Fonseca** (Conselho Regional de Medicina Veterinária do Tocantins –  
6 CRMV/TO), **Angélica de Paiva Vendramini Furtado** (Instituto Natureza do Tocantins -  
7 NATURATINS), **Glauciene Gonçalves da Silva Ferreira** (Polícia Militar do Estado do  
8 Tocantins - PM/TO), **Érika Jardim da Fonseca Santos** (Secretaria da Agricultura,  
9 Pecuária e Aquicultura - SEAGRO), **Fabrcia Neli Johann Martins** (Secretaria da  
10 Educação, Juventude e Esportes - SEDUC), **Renata Elisa de Souza Esteves** (Comissão  
11 de Proteção e Direitos dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB), **Cinthia**  
12 **Barbosa Pires Azevedo** (Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos –  
13 SEMARH), **Gudmar Regino Dias Magalhães** (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e  
14 dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA) e **Solany Maria Souza Moreira** (Entidades  
15 da Sociedade Civil e Associações, com sede no Estado do Tocantins, que atuem com  
16 temas relacionados a Proteção e Defesa dos Animais). Após os cumprimentos, a pauta  
17 é compartilhada em tela: **I.** Abertura da Reunião; **II.** Posse dos novos conselheiros; **III.**  
18 Aprovação da Ata da 8ª RO do Comitê Pró-Animais (SGD: 2020/39009/4104), realizada  
19 em 19/08/2020; **IV.** Leitura do expediente e da ordem do dia; **V.** Encaminhamento à  
20 Mesa, pedido por escrito de: **a)** inversão de pauta; **b)** retirada de matérias; **c)**  
21 requerimento de urgência; **d)** propostas de moção e de recomendação; **VI.** Discussão e  
22 deliberações das matérias da ordem do dia: **a)** Fluxograma de Atendimento aos Maus  
23 Tratos; **b)** Plano de Ação para o biênio 2020/2022; **c)** Aprovação do Calendário de  
24 Reuniões para 2021; **d)** Balanço da Semana Dia dos Animais; **VII.** Informes da Secretaria  
25 Executiva; **VIII.** Tribuna livre; **IX.** Encerramento. **Cinthia** (Secretária Executiva) dá bom  
26 dia e agradece a presença de todos os conselheiros. Prontamente, no ponto de pauta **II.**  
27 Posse dos novos conselheiros, empossa **Solany Maria Souza Moreira**, representando  
28 Entidades da Sociedade Civil e Associações, com sede no Estado do Tocantins, que  
29 atuem com temas relacionados a Proteção e Defesa dos Animais, que não estava  
30 presente na última reunião e informa que o termo de posse será encaminhado via e-mail.  
31 Seguem para o item **III.** Aprovação da Ata da 8ª RO do Comitê Pró-Animais, e **Jamila**  
32 (SEMARH) questiona se os conselheiros fizeram a leitura da ata e tem sugestão de  
33 alteração. Sem alterações, votam a ata no *chat* e aprovam por nove votos favoráveis.  
34 **Jamila Leime** (SEMARH) pergunta aos conselheiros se tem algum pedido de inversão  
35 de pauta, retirada de matéria, requerimento de urgência, proposta de moção e de  
36 recomendação. **Erika** (SEAGRO) manifesta que sim, pois tem outros compromissos e  
37 pede para rever a pauta, adiantando a discussão do item **VI. d)** os conselheiros  
38 concordam com a inversão de pauta. **Fabrcia** (SEDUC) informa que também tem um  
39 compromisso às 09h45min, portanto a suplente irá substituir até o retorno. Seguem para  
40 o ponto de pauta **VI. a)** Fluxograma de Atendimento aos Maus Tratos. **Solany** (ONG)  
41 informa que a suplente **Luciely de Oliveira Silva** enviou e-mail ao Comitê informando  
42 sua saída. E que como indicação para suplente tem a **Keylla Cristina Arruda Farias**,  
43 representante da ONG Patinhas de Palmas. **Jamila** (SEMARH) informa que a **Iza** (SES)  
44 não está presente e foi ela que ajudou a construir o fluxograma. Após compartilhar o  
45 fluxograma na tela, solicita que alguém explique o que foi decidido na última reunião.  
46 **Cinthia** (Secretária Executiva) explica que para organização do fluxograma sobre  
47 animais em situação de vulnerabilidade e/ou sofrendo maus tratos, na parte de denúncia,  
48 tem a possibilidade de disponibilizar algum número 0800, Ouvidoria do MPE 127,

49 Ouvidoria Municipal, e Órgão Ambiental Municipal. Mas ainda falta ser feito o  
50 alinhamento para informar a população de forma mais simples possível. **Fabricia**  
51 (SEDUC) pergunta se foi feito o ofício para a Ouvidoria Geral do Estado solicitando a  
52 utilização do número deles. **Cinthia** (Secretária Executiva) informa que não foi feito. Na  
53 parte de Deslocamento da Equipe composta por no mínimo pessoas da PM ou BPMA,  
54 médico veterinário, protetor e responsável da OAB. Se algum conselheiro tiver sugestão,  
55 pode pedir a palavra tranquilamente, pois esse fluxograma ainda está em análise. Na  
56 parte de deslocamento de veículo. **Jamila** (SEMARH) explica que às vezes pode ser que  
57 não tenham um veículo próprio, e esse veículo seja das instituições envolvidas, portanto  
58 é preciso pensar no fluxograma de duas formas (interno dos órgãos e o que o usuário  
59 irá ter), ou seja, o fluxograma feito é interno e parte dele será externa, terá que ser  
60 separado depois. **Cinthia** (Secretária Executiva) na parte da Responsabilidade Civil e  
61 Criminal, destacou-se a questão da saúde, em caso de presença de maus tratos em  
62 flagrante deve ser encaminhado para a Polícia Militar, sem flagrante para a Polícia Civil  
63 com emissão de B.O. Na parte de saúde, em caso de animal com zoonose de relevância  
64 em saúde, ficou dividido por grupos de animais: Cães, gatos, animais silvestres e de  
65 laboratório se responsabilizará a SES e CEFAU. Animais de produção e de esporte será  
66 responsabilizada a ADAPEC. Em caso de animal sem zoonose, é feito o recolhimento,  
67 exames clínicos em universidades e clínicas particulares, estabelecido na Nota Técnica.  
68 Na parte de recolhimento, tem como passos necessários para o recolhimento: veículo,  
69 alojamento, medicamento, alimentação e adoção. Com estas ponderações temos  
70 algumas observações: regularização das ONG'S com apoio da OAB; campanhas  
71 bimestrais para arrecadação de recursos para ONG'S; Ministério Público de São Paulo  
72 sobre conversão dos valores levantados para doações as ONG'S. Na reunião do GT  
73 Fluxograma, levantaram essas observações porque a OAB tem cadeira no Comitê e  
74 pode ajudar na questão da regularização das ONG'S, visto que é um processo  
75 burocrático. **Solany** (ONG) comenta que esse fluxograma atende às necessidades, no  
76 entanto, a parte mais delicada seria a de acolhimento, pois Palmas só tem dois abrigos,  
77 e não ficou claro no fluxograma para onde esses animais irão. **Jamila** (SEMARH) explica  
78 que foi proposto o Selo Amigo, que visa gerar um apoio regular para as ONG'S, tornando  
79 o fluxograma operacional, e já consta no Plano de Ação. **Fabricia** (SEDUC) fala que tem  
80 dúvida quanto a equipe mínima, se é para o estado todo ou só para as cidades maiores,  
81 pois quando se fala que na equipe tem que ter no mínimo um médico veterinário e um  
82 representante da OAB, é preciso considerar que existem cidades que não tem. Outra  
83 dúvida é em relação às medidas de responsabilidade civil e criminal, de que forma a  
84 pessoa que cometeu os maus tratos ou abandonou será ser punida, se esse B.O.  
85 realmente já seria suficiente. **Cinthia** (Secretária Executiva) explica que no flagrante,  
86 deverá acionar a PM, e sem flagrante acionar a PC, com emissão de boletim de  
87 ocorrência. E a pessoa que cometeu o crime de maus tratos ou abandono será  
88 investigada, e posteriormente punida de acordo com a lei vigente. Acrescenta também  
89 que a responsabilidade dessa equipe mínima é o deslocamento até o local onde o ato  
90 ocorre. A Polícia Militar e Polícia Civil que irá acionar essa equipe. **Solany** (ONG) diz  
91 que teme pela vida do protetor componente da equipe mínima, pois eles vivem em  
92 extrema vulnerabilidade quanto à denúncia. Inclusive houve a morte de uma protetora, e  
93 assim o protetor fica em dupla responsabilidade, além de se expor tendo que ir no local,  
94 depois tem que fazer acolhimento e o encaminhamento desse animal. **Erika** (SEAGRO)  
95 concorda com a Solany (ONG), pois acredita não ser papel dos protetores, e questiona  
96 como ficaria o recolhimento desses animais de grande porte. **Fabricia** (SEDUC) diz que  
97 tem que fazer um documento de forma que não complique, e sim facilite todo  
98 desempenho do trabalho e facilitar para a população. Então sugere que marquem em  
99 vermelho a questão dos protetores na equipe mínima, e considerando que alguns

100 municípios podem não ter o médico veterinário, alterem para “médico veterinário e/ou  
101 outro profissional capacitado”. Quanto à OAB, a demanda é muito grande, precisam  
102 verificar se há equipe para tudo isso. **Cinthia** (SEMARH) concorda e acrescenta que a  
103 intenção é de que dê tudo certo, porém é sabido que as equipes são muito pequenas.  
104 **Renata** (OAB) responde que equipe suficiente em todos os municípios acredita que não  
105 tenha representante da OAB, tem advogados, mas não sabe o interesse deles em  
106 desenvolver essa ação. É complicado colocar na equipe mínima um representante da  
107 OAB, poderia ir nos casos mais graves nas cidades interioranas, até porque deve ser  
108 uma pessoa sensível a causa disposta a ir ajudar sem receber nada em troca, muitas  
109 vezes até em veículo próprio. **Jamila** (SEMARH) diz que Camille (SSP) escreveu no *chat*  
110 que não existe motivo, em caso de flagrante, da polícia ter que aguardar a chegada  
111 dessa equipe multidisciplinar, pois provavelmente serão casos raros. **Angélica Beatriz**  
112 (Convidada - CRBIO) explana que os profissionais determinados para fazer essa  
113 avaliação de ocorrência de maus tratos, são o médico veterinário e zootecnista. Além da  
114 PM/BPMA, algum desses dois profissionais citados anteriormente já formaria uma  
115 equipe suficiente para atender a chamada, inclusive essa equipe para ser eficaz deve  
116 ser enxuta. **Fabília** (SEDUC) acrescenta que muitas vezes no Centro de Zoonoses  
117 existentes em interior, existem gestores com outras formações (biólogo, etc.), e se limitar  
118 nesse ponto pode ser que não consigam desempenhar o trabalho, a realidade do  
119 Tocantins é muito ampla e isso deve ser considerado. **Angélica Beatriz** (Convidada -  
120 CRBIO) replica que a colocação dela não foi nesse sentido, foi apenas deixando claro  
121 que legalmente, esses dois profissionais estão habilitados para dar o parecer de maus  
122 tratos. **Joseanne** (CRMV) acrescenta que no deslocamento nem sempre vai ter o  
123 veterinário, mas quando tiver que fazer essa avaliação clínica de maus tratos, aí sim é  
124 restritamente ao médico veterinário, somente ele pode fazer a avaliação clínica. E isso  
125 não será feito em campo normalmente, o animal terá que ser levado a um local para  
126 fazer a avaliação física e o laudo médico, que é de competência do médico veterinário.  
127 **Cinthia** (Secretária Executiva) questiona se não seria interessante capacitar o policial  
128 que irá fazer esse deslocamento, pois nem todo município terá um médico veterinário à  
129 disposição, um representante da OAB, muito menos um protetor. Então verificar a  
130 qualificação desses policiais, pois terá um número específico para denúncia. **Solany**  
131 (ONG) sugere que seja criada uma equipe de triagem, além da equipe mínima de  
132 deslocamento. **Joseanne** (CRMV) propõe elaborar um *checklist* para facilitar os  
133 trabalhos de quem irá se deslocar, para atender a ocorrência. **Angélica Beatriz**  
134 (Convidada - CRBIO) fala que provavelmente nos municípios a presença mais  
135 significativa de profissionais seja da ADAPEC, que geralmente conta com veterinário. E  
136 nas ocorrências, geralmente o primeiro grupo a ser chamado é a PM. Então, sugere que  
137 pessoas além do batalhão sejam solicitadas para situações mais complexas, mas  
138 também sem obrigação de que a equipe toda vá para poderem realizar o atendimento.  
139 **Camille** (SSP) comenta que nem todo município tem Polícia Militar Ambiental. **Cinthia**  
140 (Secretária Executiva) explica que a BPMA trabalha por regionais, e isso poderia ser um  
141 impasse, pois pode ocorrer de que até que a polícia chegue o animal tenha morrido.  
142 **Jamila** (SEMARH) sugere que discutam, mas não aprovem nesta reunião pois as  
143 pessoas que ajudaram a construir esse fluxograma não estão presentes, sendo assim,  
144 é melhor compartilhar o arquivo para que todos analisem, façam sugestões e na próxima  
145 reunião todos aprovem. **Fabília** (SEDUC) pede para que acrescente na  
146 responsabilidade civil e criminal, o Ministério Público ou Procuradorias Regionais. **Jamila**  
147 (SEMARH) informa que a procuradora que participou da última reunião do GT  
148 Fluxograma trouxe várias contribuições, e sugere quem convidem-na para auxiliar na  
149 próxima plenária do Comitê. **Fabília** (SEDUC) diz que o acolhimento provisório está  
150 como um item, e a triagem e o tratamento deveriam ser outros itens, cada um em uma

151 caixinha. Alteram colocando relacionado à Saúde: Recolhimento, Triagem, Tratamento  
152 e Acolhimento Provisório, essas quatro categorias para animais com zoonoses e sem  
153 zoonoses. **Angélica Beatriz** (Convidada - CRBIO) colocou no *chat* o número da  
154 resolução que define os maus tratos, abuso, dentre outros itens relacionados a este tema  
155 para ser usada nas qualificações, Resolução CFMV nº 1.236, de 26 de outubro de 2018.  
156 **Jamila** (SEMARH) explica a todos que a Assessoria de Unidades Colegiadas tem muitas  
157 reuniões para organizar, portanto precisará de pelo menos 3 semanas para fazer o  
158 fluxograma, e considerando que esta é a última reunião do ano e esse assunto só será  
159 discutido na primeira reunião do próximo ano, que inclusive ainda falta aprovar o  
160 calendário, provavelmente os conselheiros terão uns 40 dias para mexer nele. **Cinthia**  
161 (Secretária Executiva) questiona à Glauciene (PM) sobre a disponibilidade da polícia  
162 nesse atendimento de animais e como funciona o BPMA. **Glauciene** (PM) responde que  
163 teve uma redução de servidores efetivos, então não se tem a participação do BPMA em  
164 todos os municípios do Estado. Desse modo, só se tem 3 companhias, em Araguaína,  
165 que também atende Araguatins, Gurupi que às vezes atende em Dianópolis, e Palmas.  
166 Conforme à demanda, não é possível se comprometer nessa causa pois dependerá da  
167 localidade. Diz também que é interessante a capacitação dessas pessoas que irão se  
168 deslocar para o atendimento, pois nem todos estão capacitados. Sobre as denúncias, se  
169 for centralizar tudo em Palmas, informa que todos os dias a PM tem um fiscal do dia que  
170 faz o acompanhamento de todas as situações de denúncia, e envia para a equipe de  
171 atendimento, pois é ele que avalia cada denúncia e decide o grau de prioridade, esse  
172 fiscal do dia é para o Estado. Acrescenta também que vai passar o contato de cada  
173 comandante das três companhias. **Jamila** (SEMARH) comenta que os animais para o  
174 plano de ação foram divididos em categorias, e se a Glauciene (PM) puder verificar com  
175 a equipe como eles poderiam atuar seria interessante, para tornar esse fluxograma  
176 exequível. **Glauciene** (PM) diz que irá verificar nesses casos de animais domésticos e  
177 dará a informação assim que possível. **Jamila** (SEMARH) inicia a discussão do Plano  
178 de Ação. **Marcia** (CRMV) questiona se uma vez que ocorra o flagrante e a denúncia de  
179 maus tratos também será formalizada no MP, pois também tem a lei que foi sancionada  
180 a punição de 2 a 5 anos para maus tratos aos animais. **Angélica Beatriz** (CRMBIO)  
181 explica para Marcia (CRMV) como é realizado o procedimento de fiscalização aos maus  
182 tratos dos animais. **Camila Mitye** (Convidada - SEMARH) apresenta o balanço sobre a  
183 I Semana de Conscientização e Proteção dos Direitos dos Animais. Ressalta também a  
184 participação de todos nas redes sociais da SEMARH, pois tudo é colocado nesses canais  
185 de informação e é muito importante a participação de todos. **Erika** (SEAGRO) parabeniza  
186 a equipe, a qualidade do evento foi muito boa, poderia ter sido mais enriquecido com a  
187 participação de algumas instituições, mas vamos trabalhar para fidelização desse  
188 evento. **Angélica Beatriz** (CRBIO) pontua que a iniciativa foi importante e organizar  
189 evento virtual é complicado, mas o Comitê fez e teve um grande sucesso, o Conselho  
190 Federal de Biologia - CFBio promoveu um evento similar, incluindo as faculdades para  
191 obter uma abrangência maior, e esse evento funcionou muito bem por causa dessa  
192 iniciativa. **Jamila** (SEMARH) pede para dar prosseguimento ao Plano de Ação,  
193 informando que ele foi enviado para SEAGRO, SES e NATURATINS, para estes órgãos  
194 enviarem as contribuições, mas somente a Secretaria da Saúde enviou. **Erika**  
195 (SEAGRO) informa que não teve tempo para fazer e solicita um prazo maior para poder  
196 fazer, pois precisa discutir com outros parceiros para poder reformular. **Angélica**  
197 (NATURATINS) informa que também não teve tempo, mas vai tentar enviar ainda essa  
198 semana. **Jamila** (SEMARH) informa que a SES enviou as contribuições, porém eles não  
199 estão presentes, então sugere que peguem as ações que determinaram nesta reunião  
200 para o Plano de Ação, coloquem nele e na hora da votação do Calendário de Reuniões,  
201 façam um ajuste para votação do fluxograma na Reunião Extraordinária que será

202 marcada, assim poderemos iniciar o ano que essas pautas finalizadas. Todos os  
203 conselheiros concordam, é compartilhado na tela o Plano de Ação, todos acompanham  
204 e fazem as alterações juntos. **Fabricia** (SEDUC) lembra que muitas ações ainda irão  
205 continuar virtualmente em 2021, deve-se continuar seguindo os protocolos tendo em  
206 vista que a pandemia ainda não acabou. **Jamila** (SEMARH) fala que a primeira ação do  
207 Plano, em Animais Domésticos e Domesticados, é a capacitação em parcerias com  
208 instituições governamentais e não governamentais, tendo como público alvo os agentes  
209 que atuam na proteção e defesa dos animais em formato não presencial, abordando e  
210 enfatizando a Resolução CFMV nº 1.236/2018, Lei nº 2.095/1998 e o *checklist*. **Márcia**  
211 (CRMV) fala que para se desenvolver trabalhos com instituições não governamentais é  
212 necessário desenvolver um projeto para que os mesmos se adequem às normas  
213 vigentes, pois muitos lugares já foram fechados por não seguirem as normas, então o  
214 CRMV se coloca à disposição dessas instituições para dar apoio legal e jurídico. Quanto  
215 à capacitação, o CRMV se coloca à disposição também para auxiliar nas questões  
216 técnicas. **Fabricia** (SEDUC) reforça a criação do *checklist*, a partir do que já existe e  
217 compartilhar ele após a qualificação. **Jamila** (SEMARH) informa que o Plano então teria  
218 que ficar pronto e aprovado na 12ª RO do Comitê em agosto de 2021, para que seja feita  
219 a capacitação no segundo semestre de 2021. **Fabricia** (SEDUC) se dispõe para ficar  
220 responsável pela capacitação, e o conteúdo fica responsável pelo CRMV e OAB. Para o  
221 *checklist* ficam responsáveis a PM, Protetores e ADAPEC. A meta física será em média  
222 250 profissionais no Estado, o produto será a capacitação realizada e o relatório para  
223 toda comunidade. Quanto à regularização das ONG's, a conselheira informa que o  
224 Comitê não pode se comprometer com a regularização, pois existem atos próprios que  
225 precisam ser tomados pelos dirigentes das ONG's, o Comitê pode dar apenas suporte e  
226 apoio. **Renata** (OAB) concorda com **Fabricia** (SEDUC). **Jamila** (SEMARH) sugere que  
227 essa ação do suporte e apoio tenha como prazo junho de 2022, tendo a OAB como  
228 responsável. **Renata** (OAB) concorda que a meta seja organizar 5 ONG's, sendo o  
229 produto as cinco ONG's devidamente regularizadas. **Jamila** (SEMARH) ressalta a  
230 importância de todos se identificarem no *chat*, pois precisa para a lista de presença. Na  
231 ação de campanhas bimestrais para arrecadação de recursos para ONG's, **Fabricia**  
232 (SEDUC) solicita que coloquem a palavra "promover", e alteram para "orientar e articular  
233 campanhas contínuas para arrecadação de recursos para ONG's". Prioridade definida  
234 para agosto de 2021, e SEMARH, SEDUC e ONG's como responsáveis pela ação.  
235 **Fabricia** (SEDUC) orienta que a meta é a orientação e articulação realizada, o produto  
236 fica definido como Reunião de Articulação e guia de orientação de campanha emitido  
237 pelo Comitê. **Jamila** (SEMARH) diz que a próxima ação é do Estudo e proposição de  
238 metodologia de conversão dos valores levantados com transações penais para doação  
239 às ONGs, com prioridade para outubro de 2021, e tendo a OAB, Ministério Público e  
240 Assembleia Legislativa como responsáveis. Como meta das conversões das multas,  
241 definiu-se um estudo realizado e proposição encaminhada ao legislativo, e como produto  
242 da ação, será a publicação do estudo no site da SEMARH e SGD de encaminhamento  
243 da proposição ao legislativo. **Jamila** (SEMARH) informa que essas foram todas as  
244 atividades levantadas no fluxograma, até então. **Erika** (SEAGRO) solicita novamente  
245 que algum representante do CRMV e ADAPEC, se reúna com ela para revisar o Plano  
246 de Ação, pois aqui já ficará registrado. **Márcia** (CRMV) se coloca à disposição para a  
247 manhã do dia 28 de outubro de 2020. **Jamila** (SEMARH) compartilha o calendário  
248 proposto pela Assessoria para o ano de 2021, com as seguintes datas: 10ª RO (10 de  
249 março); 11ª RO (05 de maio); 12ª RO (30 de junho); 13ª RO (18 de agosto); e 14ª RO  
250 (27 de outubro). Todas marcadas para quartas-feiras. E a reunião extraordinária para  
251 fechar o fluxograma seria no início de fevereiro, mas assim que a ASSUC fechar o  
252 fluxograma, e enviar para vocês dando o prazo para todos adicionarem suas

253 contribuições, será definida a data no grupo, e posteriormente oficializada. **Erika**  
 254 (SEAGRO) diz que as reuniões de maio e junho estão muito próximas, e sugere que  
 255 subtraiam uma reunião. **Jamila** (SEMARH) explica que a data ficou prejudicada, por  
 256 causa do feriado de carnaval e dos outros calendários. **Fabília** (SEDUC) sugere que a  
 257 14ª Reunião Ordinária seja feita em plenária, como um evento aberta ao público. **Erika**  
 258 (SEAGRO) concorda, mas pontua que deverá conter uma pauta objetiva. E também  
 259 sugere a retirada da reunião proposta para maio, por proximidade de datas. **Jamila**  
 260 (SEMARH) então retira essa Reunião Extraordinária, finalizando: 10ª RO (10 de  
 261 fevereiro); 11ª RO (14 de abril); 12ª RO (30 de junho); 13ª RO (18 de agosto); e 14ª RO  
 262 (08 de outubro). Todos concordam com as datas e votam neste Calendário de Reuniões  
 263 para 2021, aprovando por unanimidade de votos. Na tribuna livre, **Erika** (SEAGRO) diz  
 264 que o ano foi bem produtivo para o Comitê, e deseja um feliz natal a todos. **Fabília**  
 265 (SEDUC) diz que foi um excelente ano, se coloca à disposição de todos e deseja um feliz  
 266 natal. **Jamila** (SEMARH) em nome da Secretária Executiva dos Conselhos da SEMARH  
 267 agradece o esforço, a disponibilidade de todos e reitera os votos de um ano com mais  
 268 saúde e prosperidade. Assinam a ata os membros presentes na sua aprovação realizada  
 269 na 10ª RO do Comitê Pró-Animais, em plataforma virtual no dia 10 de fevereiro de 2021,  
 270 conforme lista de votação do *CHAT* registrada nas páginas de .. a .., anexadas a esta.

271

272 **PENDÊNCIAS DA REUNIÃO:** Glauciene (PM) se compromete em passar para ASSUC  
 273 o contato de cada comandante das Companhias do BPMA, em Palmas, Araguaína e  
 274 Gurupi.

---

**Miyuki Hyashida**  
Presidente

---

**Cynthia Barbosa Pires Azevedo**  
Secretária Executiva

Instituição	Nome	Assinatura
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - <b>SEMARH</b>	<b>Miyuki Hyashida</b>	
	Cynthia Barbosa Pires Azevedo	
Instituto Natureza do Tocantins - <b>NATURATINS</b>	<b>Angélica de Paiva Vendramini Furtado</b>	
	Grasiela Alves Pacheco	
Polícia Militar do Estado do Tocantins - <b>PM/TO</b>	<b>Dorival Barbosa da Silva</b>	
	Glauciene Gonçalves da Silva Ferreira	
Comissão da Defesa dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil – <b>OAB</b>	<b>Ademir Teodoro de Oliveira</b>	
	Renata Elisa de Souza Esteves	

Secretaria de Educação, Juventude e Esportes - <b>SEDUC</b>	<b>Fabrcia Neli Johann Martins</b>	
	Lucinara Montelo Maranhão Monteiro	
Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins - <b>AL</b>	<b>Ricardo Ayres de Carvalho</b>	
	José Roberto Ribeiro Forzani	
Secretaria de Estado da Segurança Pública - <b>SSP</b>	<b>Camille Fane Oliveira Lima Bilharinho</b>	
	Alencar Cardoso	
Secretaria da Saúde – <b>SES</b>	<b>Iza Alencar Sampaio de Oliveira</b>	
	Carina Graser Azevedo	
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura – <b>SEAGRO</b>	<b>Erika Jardim da Fonseca Santos</b>	
	Thyago Checkerdemian Sanchik Túlio	
Entidades da Sociedade Civil e Associações – <b>ONG's</b>	<b>Solany Maria Souza Moreira</b>	
	Keylla Cristina Arruda Farias	
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - <b>IBAMA</b>	<b>Gudmar Regino Dias Magalhães</b>	
	Wilson Rufino Dias Junior	
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Tocantins – <b>CRMV/TO</b>	<b>Joseanne Cademartori Lins</b>	
	Marcia Helena da Fonseca	

SGD: 2020/39009/005295